

PLANO MUNICIPAL DE AMBIENTE

RELATÓRIO FINAL

ANEXO 1 - AGENDA 21 E CARTA DE AALBORG+10

Março 2021

ANEXO 1 - AGENDA 21 E CARTA DE AALBORG+10

AGENDA 21 LOCAL

Em 1992, a Conferência das Nações Unidas sobre Ambiente e Desenvolvimento Sustentável, que teve lugar no Rio de Janeiro, propôs a Agenda 21, com um modelo para o desenvolvimento sustentável, englobando tanto questões sociais e culturais como a proteção ambiental.

A Agenda 21 foi assumida pelas Nações Unidas como o Plano de Ações para o desenvolvimento sustentável no século XXI, aprovado pelos 173 Governos que participaram na Conferência do Rio de Janeiro. O envolvimento e o poder de decisão dos organismos e populações locais constituem o fundamento da filosofia que rege a Agenda 21.

CARTA DE AALBORG

A “Carta de Aalborg” (1994) deu início à campanha para as cidades e vilas sustentáveis, com o fim de encorajar e apoiar vilas e cidades nas suas ações com vista à sustentabilidade. Qualquer autoridade local ou associação de autoridades podia participar na campanha, adotando e assinando a Carta. Ao fazê-lo, a autoridade local compromete-se a criar e implementar um plano de Ação local, tendo em vista a sustentabilidade.

ENDS

A Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS, 2002) constitui um dos compromissos internacionais assumidos por Portugal no âmbito da Agenda 21, tendo sido estabelecida em torno de quatro grandes domínios estratégicos:

- “O território como bem a preservar”;
- “Melhorar a qualidade do ambiente”;
- “Produção e consumo sustentáveis das atividades económicas”;
- “Em direção a uma sociedade solidária e do conhecimento”.

Com a sua revisão, surgiu a Estratégia Nacional de Desenvolvimento Sustentável (ENDS 2015) e o respetivo Plano de Implementação (PIENDS) que foram aprovados pela Resolução de Conselho de Ministros n.º 109/2007, de 20 de Agosto.

A ENDS teve 7 objetivos

Primeiro objetivo: Preparar Portugal para a “Sociedade do Conhecimento”

Segundo objetivo: Crescimento Sustentado, Competitividade à Escala Global e Eficiência Energética

Terceiro objetivo: Melhor Ambiente e Valorização do Património

Quarto objetivo: Mais Equidade, Igualdade de Oportunidades e Coesão Social.

Quinto objetivo: Melhor Conectividade Internacional do País e Valorização Equilibrada do Território

Sexto objetivo: Um Papel Ativo de Portugal na Construção Europeia e na Cooperação

Sétimo objetivo: Uma Administração Pública mais Eficiente e Modernizada

A ENDS e o PIENDS estiveram em vigor desde 2007 e até 2015. Não existindo nenhum instrumento equivalente que os substitua, exceção talvez à Agenda 2030, pode-se considerar que se mantêm válidos os seus princípios. A referir, contudo, que a ENDS nunca teve verdadeiramente implementação prática, sem relatórios de monitorização, indicadores que não foram atualizados e o seu prazo de vida chegou ao fim sem que se tenha feito uma análise dos seus efeitos ou planeado a sua revisão.

AALBORG+10

A Conferência que ficou conhecida por Aalborg+10 (2004, IV Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis, também na cidade de Aalborg) procurou responder à necessidade de consolidar os “Compromissos de Aalborg” com o Auto estabelecimento de metas concretas e prazos definidos para as implementar e apresentar à Campanha Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis (Guerra& Schmidt, 2009). Nesse evento foram aprovados, por aclamação, os compromissos de Aalborg (v.d. Anexo 5).

No relatório “*Exame Integrado das Funções de Base dos Compromissos de Aalborg*” no seguimento da adesão do Município de Vila Franca de Xira à Carta das Cidades Europeias para a Sustentabilidade e da assinatura dos Compromissos de Aalborg, em 11 de Maio de 2005, foi desenvolvido durante o primeiro semestre de 2006 um trabalho de recolha e compilação de informação, tendo em vista levar a efeito a elaboração de um Exame Integrado das Funções de Base, para este Concelho (MVFX, 2006).

Esse documento tem ainda hoje bastante utilidade, apesar do seu carácter circunstanciado a um determinado período e correspondente conjuntura, tanto que hoje não temos condições para validar os seus pressupostos e recomendações.

Os Compromissos aprovados na IV Conferência Europeia de Cidades e Vilas Sustentáveis, na cidade de Aalborg, em 2004 listam-se a seguir:

1 GOVERNÂNCIA: Nós comprometemo-nos a enriquecer os nossos processos de decisão através de maior democracia participativa. Por isso vamos trabalhar para:

1.1 Continuar a desenvolver uma perspetiva comum e de longo prazo para a cidade sustentável.

1.2 Fomentar a capacidade de participação e de Ação para o desenvolvimento sustentável tanto na comunidade local como na administração local.

1.3 Apelar a todos os sectores da sociedade civil local para a participação efectiva nos processos de decisão.

1.4 Tornar as nossas decisões claras, rigorosas e transparentes.

1.5 Cooperar efetivamente e em parcerias com municípios vizinhos, outras cidades e vilas, e outros níveis de administração.

2 GESTÃO LOCAL PARA A SUSTENTABILIDADE: Nós comprometemo-nos a implementar uma gestão eficiente, em ciclos, desde o planeamento, passando pela implementação até à avaliação. Por isso vamos trabalhar para:

2.1 Reforçar os processos de Agenda 21 Local ou outros com vista ao desenvolvimento sustentável local e integrá-los, de forma plena, no funcionamento da administração local.

2.2 Realizar uma gestão integrada para a sustentabilidade, baseada no princípio da precaução e tendo em conta a futura Estratégica Temática da União Europeia sobre Ambiente Urbano.

2.3 Estabelecer metas e prazos concretos face aos Compromissos de Aalborg bem como um programa de monitorização destes Compromissos.

2.4 Assegurar a importância das questões de sustentabilidade nos processos de decisão a nível urbano, bem como uma atribuição de recursos baseada em critérios de sustentabilidade sólidos e abrangentes.

2.5 Cooperar com a Campanha Europeia sobre Cidades e Vilas Sustentáveis e as suas redes de cidades para monitorizar e avaliar o nosso progresso tendo em vista alcançar as metas de sustentabilidade estabelecidas.

3 BENS COMUNS NATURAIS: Nós comprometemo-nos a assegurar plenamente as nossas responsabilidades para proteger, preservar e assegurar o acesso equitativo aos bens comuns naturais. Por isso vamos trabalhar, em toda a nossa comunidade, para:

3.1 Reduzir o consumo de energia primária e aumentar a parte de energias renováveis nesse consumo.

3.2 Melhorar a qualidade da água, poupar água e usar a água de uma forma mais eficiente.

3.3 Promover e aumentar a biodiversidade, e alargar e cuidar de áreas naturais especiais e de espaços verdes.

3.4 Melhorar a qualidade do solo, preservar terrenos ecologicamente produtivos e promover a agricultura e a florestação sustentáveis.

3.5 Melhorar a qualidade do ar.

4 CONSUMO RESPONSÁVEL E OPÇÕES DE ESTILOS DE VIDA: Nós comprometemo-nos a adotar e a proporcionar um uso prudente e eficiente dos recursos e a encorajar um consumo e produção sustentáveis. Por isso vamos trabalhar, em toda a nossa comunidade, para:

4.1 Evitar e reduzir os resíduos, aumentar a reutilização e a reciclagem.

4.2 Gerir e tratar os resíduos de acordo com as melhores práticas.

4.3 Evitar os desperdícios de energia, melhorar a eficiência energética.

4.4 Adotar uma política sustentável de aquisição de bens e serviços.

4.5 Promover ativamente a produção e o consumo sustentáveis, em particular de produtos com rótulos ambientais, biológicos, éticos e de comércio justo.

5 PLANEAMENTO E DESENHO URBANO: Nós comprometemo-nos a reconhecer o papel estratégico do planeamento e do desenho urbano na abordagem das questões ambientais, sociais, económicas, culturais e da saúde, para benefício de todos. Por isso vamos trabalhar para:

5.1 Reutilizar e regenerar áreas abandonadas ou socialmente degradadas.

5.2 Evitar a expansão urbana, dando prioridade ao desenvolvimento urbano no interior dos aglomerados, através da recuperação dos espaços urbanos degradados e assegurando densidades urbanas apropriadas.

5.3 Assegurar a compatibilidade de usos ao nível dos edifícios e áreas urbanas, oferecendo adequado equilíbrio entre empregos, habitação e equipamentos, dando prioridade aos usos residenciais nos centros das cidades.

5.4 Assegurar uma adequada conservação, renovação e utilização/reutilização do nosso património cultural urbano.

5.5 Adotar critérios de desenho urbano e de construção sustentáveis e promover a arquiteturas e as tecnologias de construção de alta qualidade.

6 MELHOR MOBILIDADE, MENOS TRÁFEGO: Nós reconhecemos a interdependência entre os transportes, a saúde e o ambiente e, por isso, comprometemo-nos a promover as opções de mobilidade sustentáveis. Por isso vamos trabalhar para:

6.1 Reduzir a necessidade de utilização do transporte individual motorizado e promover modos de transporte alternativos, viáveis e acessíveis a todos.

6.2 Aumentar a parte de viagens realizadas em transportes públicos, a pé ou de bicicleta.

6.3 Encorajar a transição para veículos menos poluentes.

6.4 Desenvolver um plano de mobilidade urbana integrado e sustentável.

6.5 Reduzir o impacto dos transportes sobre o ambiente e a saúde pública.

7 ACÇÃO LOCAL PARA A SAÚDE: Nós comprometemo-nos a proteger e a promover a saúde e o bem-estar dos nossos cidadãos. Por isso vamos trabalhar para:

7.1 Informar de forma a contribuir para aumentar o nível geral dos conhecimentos da população sobre os fatores essenciais para uma vida saudável, a maioria dos quais se situa fora do sector restrito da saúde.

7.2 Promover o planeamento urbano para o desenvolvimento saudável das nossas cidades garantindo assim os meios indispensáveis para construir e manter parcerias estratégicas para a promoção da saúde.

7.3 Aumentar a equidade no acesso à saúde com especial atenção aos pobres, o que requer a elaboração regular de relatórios sobre o progresso conseguido na redução das disparidades.

7.4 Promover estudos de avaliação de impacto na saúde, como meio de permitir a todos os sectores de atividade focar o seu trabalho na melhoria da saúde e da qualidade de vida.

7.5 Motivar os urbanistas para integrarem condicionantes de saúde nas estratégias de planeamento e desenho urbano.

8 ECONOMIA LOCAL DINÂMICA E SUSTENTÁVEL: Nós comprometemo-nos a apoiar e a criar as condições para uma economia local dinâmica que reforce o acesso ao emprego sem prejudicar o ambiente. Por isso vamos trabalhar para:

8.1 Introduzir medidas para estimular e apoiar o emprego local e a formação de empresas.

8.2 Cooperar com o tecido empresarial local para promover e implementar boas práticas empresariais.

8.3 Desenvolver e implementar princípios de sustentabilidade para a localização de empresas.

8.4 Encorajar o mercado de produtos locais e regionais de alta qualidade.

8.5 Promover um turismo local sustentável.

9 EQUIDADE E JUSTIÇA SOCIAL: Nós comprometemo-nos em assegurar comunidades inclusivas e solidárias. Por isso vamos trabalhar para:

9.1 Desenvolver e implementar programas para prevenir e reduzir a pobreza.

9.2 Assegurar acesso equitativo aos serviços públicos, à educação, a oportunidades de emprego, à formação profissional, à informação e a actividades culturais.

9.3 Promover a inclusão social e a igualdade entre os géneros.

9.4 Aumentar a segurança da comunidade.

9.5 Garantir habitação e condições de vida de boa qualidade e socialmente adequadas.

10 DO LOCAL PARA O GLOBAL: Nós comprometemo-nos a assumir as nossas responsabilidades globais pela paz, justiça, equidade, desenvolvimento sustentável e protecção do clima. Por isso vamos trabalhar para:

10.1 Elaborar e seguir uma abordagem estratégica e integrada para minimizar as alterações climáticas e trabalhar para conseguir níveis sustentáveis de emissões de gases geradores do efeito de estufa.

10.2 Integrar a política de protecção climática nas nossas políticas de energia, de transportes, de consumo, de resíduos, de agricultura e de florestas.

10.3 Disseminar informação sobre as causas e os impactos prováveis das alterações climáticas, e integrar medidas de prevenção na nossa política referente às alterações climáticas.

10.4 Reduzir o nosso impacto no ambiente global e promover o princípio da justiça ambiental.

10.5 Reforçar a cooperação internacional de vilas e cidades e desenvolver respostas locais para problemas globais em parceria com outros governos locais, comunidades e outros atores relevantes.

A CARTA DE CASCAIS

A XIII Conferência do Observatório Internacional da Democracia Participativa realizou-se em Cascais, entre os dias 3 e 5 de Julho de 2013, sob o tema “Cidadania para a Sustentabilidade”.

A Carta de Cascais, sem atingir o nível de detalhe da Carta de Aalborg+10, vem aportar à discussão os aspetos modernos da problemática da participação democrática e da cidadania (ou falta dela), que tem feito encaminhar muitas democracias ocidentais para fora da via político-partidária convencional para uma via populista e pouco racional, cujas consequências e médio e longo prazo são ainda difíceis de prever.

Passamos alguns extratos, apenas como ilustração, mas também por reconhecermos a sua pertinência nos processos de discussão que se devem seguir à apresentação deste trabalho:

“ A universalização dos princípios e procedimentos da democracia caminha a par da crise de representatividade política vivida em inúmeros países que adaptaram essa forma de regime. É uma situação complexa e inquietante, que nos obriga a concentrar as atenções na qualidade das formas de governo em Estados com democracias mais consolidadas. (...)

“Os actos eleitorais defrontam-se, em inúmeros países, com elevadíssimas taxas de abstenção. É um sinal evidente de que a democracia representativa tem perdido vigor e tem deixado de ser mobilizadora para muitas pessoas. O voto é um direito histórico, que esteve na origem de amplas lutas sociais e políticas, mas que atualmente enfrenta um processo de desvalorização muito rápida em diversos países. Para muitos cidadãos comuns, o voto é entendido como um falso poder, que não justifica ser exercido, pois esses acreditam que os verdadeiros centros de influência e decisão estão fora das instâncias de eleição.

A crescente desconfiança em relação à classe política e às instituições está intimamente relacionada com as questões anteriores. Esta é, muito provavelmente, uma das principais fracturas dos regimes democráticos e que deve preocupar a todos. A confiança é o motor da democracia – através da delegação do poder pelo voto – sendo, por isso, essencial desenvolver todos os esforços para inverter a actual situação.

A democracia representativa tradicional parece, assim, ser incapaz de enfrentar os novos desafios sociais, e de mobilizar as energias e a confiança das populações.

Desde Cascais, reunidos nesta XIII Conferência do ODP, manifestamos o nosso empenho em contrariar estas tendências e desafiamos todos os governos locais e actores sociais a fazerem o mesmo. Priorizamos, para tal, três frentes de actuação:

I. Democratizar o Planeamento

Este não pode continuar a ser um exercício feito à porta fechada por um reduzido grupo de eleitos e de técnicos que os auxiliam. O desenho das políticas públicas para um território deve contar com o empenho activo dos cidadãos que aí residem ou trabalham.

O planeamento deve igualmente ser responsável e assentar numa correcta e sustentável utilização dos recursos naturais. “Cidadania e Sustentabilidade” são por isso duas faces de uma mesma moeda. Reconhecemos, deste modo, a importância da adopção de instrumentos de planeamento como as Agendas 21 Locais e dos grupos de cidadãos e governos locais apostados nas iniciativas de transição.

II. Democratizar a Democracia

Defendemos, desde Cascais, uma nova vaga democratizadora, mas desta vez da própria democracia. Comprometemo-nos em tudo fazer para a emergência de uma nova democracia, fundada no primado da participação, da representação e da cidadania. Falamos de uma democracia de um espírito novo, capaz de reconstruir a confiança entre governos e governados, e entre os governados entre si; de uma democracia humanista, que coloca os cidadãos no centro de toda a actividade política; de uma nova democracia que transponha para a política os princípios da ecologia humana. Por fim, uma verdadeira democracia que seja feita pelos cidadãos, para os cidadãos, com os cidadãos.

É, por isso, que desde Cascais nos comprometemos a implementar dispositivos de co-decisão sobre os recursos públicos, como é o caso do Orçamento Participativo. Falamos de Orçamentos Participativos com poder vinculativo, transformadores da relação entre governos e governados, e promotores da justiça e da coesão social. Defendemos igualmente todas as medidas que favoreçam a ideia de “governo aberto” e transparente, produtor de informação útil para uma participação activa dos cidadãos.

III. Democratizar a Economia

Os mercados não podem continuar a esmagar os valores humanistas e a cidadania. Não podemos ser complacentes com o assalto da economia e da finança ao primado da política na vida social. Não podemos aceitar que os resultados da economia se sobreponham aos produtos da democracia.

A construção e a distribuição da riqueza não se fazem com base nos sistemas financeiros e especulativos. Esses já mostraram dos que são capazes. É, por isso, que desde Cascais manifestamos o nosso compromisso em criar novos sistemas económicos e financeiros que reforcem a produção de riqueza local, valorizem os produtos e as competências de cada território, e garantam uma maior redistribuição dos benefícios do desenvolvimento.

É neste âmbito que nos comprometemos a desenvolver todos os esforços para a criação de moedas locais, cujo objetivo é favorecer as economias de proximidade e valorizar as actividades produtivas, em detrimento das especulativas. Queremos uma economia mais democrática, que favoreça formas muito diversas de produzir e de adquirir bens e serviços; queremos uma economia baseada no primado da confiança e da cidadania.”